

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Apontamentos sobre sociabilidade, trabalho e poder em áreas reformadas. O caso do assentamento Ceres/RS/Brasil.**

Marcos Botton Piccin.

Cita:

Marcos Botton Piccin (2009). *Apontamentos sobre sociabilidade, trabalho e poder em áreas reformadas. O caso do assentamento Ceres/RS/Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/373>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Apontamentos sobre sociabilidade, trabalho e poder em áreas reformadas**

**O caso do assentamento Ceres/RS/Brasil.<sup>1</sup>**

***Marcos Botton Piccin***

***Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ***

***e doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP***

***marcospiccin@yahoo.com.br***

## **1. Introdução**

Neste artigo são realizados alguns apontamentos sobre as relações sociais no estabelecimento de estratégias de reprodução social e processos de trabalho de agricultores do assentamento rural Ceres. Esse assentamento foi formado em 1997, com 106 famílias, a partir de mobilizações do Movimento Sem-Terra (MST) e é localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. As relações sociais que consubstanciam as estratégias de reprodução social são configuradas por questões subjetivas e objetivas expressas no referido assentamento. Especificamente, em cada lote de terra, manifestam-se as predisposições socioculturais incorporadas diferentemente pelos agricultores-assentados a partir das suas trajetórias sociais e posições sociais (como filhos de pequenos agricultores, trabalhadores de granjas e/ou estâncias, meeiros, etc.) ocupadas na estrutura da sociedade (Moreira, 2007). Além disso, manifestam-se as significações hegemônicas sobre o que a área do assentamento “deveria” produzir, resultado da influência regional onde o assentamento

---

<sup>1</sup> Artigo produzido com base na dissertação de mestrado do autor, Piccin (2007).

está localizado, em um espaço social marcado por vários agentes sociais, como os granjeiros<sup>2</sup>, cooperativas, instituições governamentais e das direções dos movimentos sociais organizados, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais.

Tais condições estruturam um campo de relações sociais em termos de experiências e de vantagens relativas no quadro de relações econômicas e culturais que definem poderes assimétricos distribuídos entre os diversos agentes sociais internos e externos ao assentamento (Bourdieu, 2002). Essas circunstâncias definem um campo de reprodução e de poderes dos agricultores-assentados restrito e relativo. Esse reconhecimento teórico coloca como desafio da análise a localização dos agentes e fatores que influenciam direta ou indiretamente as estratégias de reprodução social das famílias, além delas próprias, e suas relações assimétricas de interdependência e poder na dinâmica complexa desse ambiente.

Nesse sentido, três configurações produtivas foram identificadas entre o conjunto dos agricultores-assentados com o objetivo de mapear os sistemas de produção por eles desenvolvidos. Na primeira configuração, definidas pelas principais estratégias produtivas e pelo número de agricultores-assentados em cada caso, estavam envolvidos 47 agricultores-assentados que possuíam a atividade sojícola como principal atividade produtiva destinada ao comércio; na segunda configuração, 42 agricultores-assentados tinham a soja e o leite como principais atividades destinadas ao comércio e, por fim, na terceira configuração produtiva, 17 famílias dedicavam-se a várias atividades destinadas ao comércio, como: o leite sendo o *carro chefe* das composições de renda, mas também avicultura, suinocultura, produção de olerícolas, amendoim, batata, cebola, alho, derivados de cana-de-açúcar e produtos manufaturados, como compotas e queijos.<sup>3</sup> Tendo em vista essa classificação<sup>4</sup>, optou-se em chamar as configurações identificadas pela composição comercial de seus sistemas produtivos, respectivamente: sistema produtivo *soja*; sistema produtivo *soja-leite*; sistema produtivo *diversificado*.

Assim, o artigo procura mapear quais são as principais interações dos agricultores-assentados na ambiência do assentamento que explicam a diversidade de estratégias de reprodução social postas em ação. Devido à diversidade de fatores, privilegiar-se-á comparações entre grupos

---

<sup>2</sup> São os proprietários de uma 'granja', propriedade rural que utiliza as técnicas da agricultura moderna para o cultivo, é gerida tendo em vista a comercialização para o mercado, geralmente, de *commodities* e que mantém relações sociais de produção nos marcos capitalistas.

<sup>3</sup> Não se desconsidera ou se desconhece que os agricultores-assentados podem realizar a venda de produtos da *alternatividade* (Garcia Jr., 1983), ou seja, excedentes de produtos inicialmente dedicados ao autoconsumo. No entanto, optou-se por permanecer com tal divisão porque as diferenças entre sistemas produtivos das famílias são também observáveis no desenho produtivo dos lotes, assim como na composição das rendas, analisada na seção 5 deste artigo.

<sup>4</sup> Toda a classificação, se por um lado ajuda a identificar *tendências* e similaridades, constituindo importante instrumento para a análise e abstração, por outro secundariza as diferenças existentes internamente. Assim, é importante registrar que a realidade tende a ser mais complexa e ao mesmo tempo impossível de ser apreendida em sua totalidade.

familiares com número de integrantes, idades, qualidade e quantidade de recursos ecossistêmicos disponíveis em seus lotes semelhantes.

Nesse sentido o artigo está dividido em quatro tópicos: no primeiro realiza-se uma contextualização da formação do assentamento, em que as direções do MST e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) possuem destaque. No segundo, situam-se as principais relações mantidas com os granjeiros. No terceiro situa-se a introdução das sementes de soja transgênica, que marca o enfraquecimento da direção do MST e da Cooperativa do assentamento em influenciar as estratégias produtivas dos agricultores-assentados. No quarto, analisa-se a posição social de pequeno patrimônio produtivo no contexto de um mercado oligopolizado e possibilidades de desenvolvimento produtivo pelos agricultores-assentados.

A pesquisa foi realizada nos meses de maio a julho de 2006, sendo que se optou por vivenciar o cotidiano do assentamento. Um questionário tipo *survey* foi utilizado com todos os agricultores-assentados, além de entrevistas semi-estruturadas na coleta dos dados com uma amostra desses, assim como um caderno de campo e informações obtidas com a equipe técnica e a cooperativa do assentamento.

## **2. Preâmbulo, apresentando o assentamento Ceres.**

A área do assentamento Ceres foi idealizada, tanto pela direção do MST quanto pela direção do INCRA, para ter a produção coletivizada, ou seja, gestão coletiva dos fatores: terra, capital e trabalho. Dessa forma, uma cooperativa foi criada em 1997, de nome COOPERVIDA, para administrar uma área de 200 ha. O restante do assentamento foi concebido para ser formado por grupos de produção coletiva que aglutinariam as famílias sem-terra. A produção leiteira seria estimulada entre os agricultores-assentados pela cooperativa, que, aproveitando a infra-estrutura presente no assentamento, deixada pelo antigo proprietário, seria responsável por armazenar e comercializar o leite. Ainda no período do acampamento as direções do MST e o INCRA estabeleceram critérios para seleção dos agricultores sem-terra a serem beneficiários com a área do assentamento. Teriam preferência aqueles que constituíssem grupos visando à produção coletiva. Assim, todos os beneficiados integraram, ainda no acampamento, os chamados grupos coletivos. Contudo, quando em assentamento os grupos de produção coletiva se desfizeram, e as famílias constituíram unidades individuais de produção. Uma vez já dentro do assentamento e tendo sua

reivindicação imediata atendida – a conquista de “um pedaço de terra” - desarticulam a artificialidade da forma coletiva, aparentemente estranha à visão de mundo que os socializou.<sup>5</sup>

### 3. A ambiência regional, a soja e os granjeiros

O assentamento Ceres foi formado em uma região e em um período temporal onde houve uma valorização crescente da cultura da soja como atividade comercial entre os proprietários rurais do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados. Na safra 1996/1997, ano em que as famílias sem-terra são assentadas no assentamento Ceres, o município de Jóia tinha 47.000 ha plantados com essa atividade, oito anos depois, na safra 2004/2005, foram 75.000 ha (Gubert e Basso, 2005). O primeiro contato entre granjeiros e assentados ocorreu já em 1997, quando se iniciou o trabalho de limpeza dos lotes, pois alguns deles estavam em áreas de macegais, e no estabelecimento do preparo da terra para o início dos cultivos de inverno, verão ou perenes. Essa relação foi estabelecida de duas formas: os trabalhos realizados nos lotes pelos granjeiros foram pagos em dinheiro ou através do arrendamento dos lotes a esses, por um valor em dinheiro ou determinada quantidade da produção final, definidos *a priori*.

Tanto em uma situação quanto em outra os motivos para tais relações baseavam-se no fato de que os créditos do PROCERA<sup>6</sup> não haviam sido liberados, e, portanto, os agricultores-assentados estavam recém iniciando a aquisição das primeiras ferramentas, máquinas, equipamentos, fazendo as moradias, etc. Dessa forma, o relacionamento com os granjeiros permitia realizar trabalhos agrícolas e colocar de imediato a terra em produção e gerar alguma receita para as famílias assentadas. Do contrário, só seria possível quando fossem adquiridas as devidas máquinas e equipamentos, notadamente tratores e implementos. Segundo a entrevista concedida ao autor por um dirigente do assentamento e que na época da pesquisa também prestava serviços com trator e equipamentos para os demais assentados, havia granjeiros que chegaram a cultivar sob a forma de arrendamento em torno de 15 a 16 lotes de terra, mesmo nos anos seguintes ao início do assentamento. De forma geral, essa relação produtiva (de arrendamento ou o pagamento por serviços prestados) com os granjeiros fora mantida pela maioria dos agricultores-assentados no início do assentamento, inclusive por aqueles que estavam investindo na bovinocultura de leite, devido à implementação de pastagens, ou em atividades de produtos agroecológicos, ou para o preparo do solo, por exemplo.

---

<sup>5</sup> Os motivos das desagregações desses grupos coletivos é amplamente registrado pela bibliografia e não serão tratados nesse artigo. *Vide Zimmermann, (1994); Scariot (2002); Anjos (2005), entre outros.*

<sup>6</sup> PROCERA foi um Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 1999 e extinto em 2002. *Vide Medeiros e Leite (2004).*

Após 1997, a relação com os chamados granjeiros passou a depender das atividades que os agricultores-assentados desenvolviam nos lotes e da aquisição de máquinas e implementos que alguns deles fizeram. Assim, os trabalhos motomecanizados passaram a ser desenvolvidos tanto por agentes externos quanto internos ao assentamento. Mas os granjeiros tinham ampla vantagem, pois, além de terem tratores com maior potência e melhores implementos e máquinas, a direção do MST desaprovava qualquer relação que o agricultor-assentado viesse a desenvolver no sentido de arrendar parte ou toda área de seu lote, além de que não via com bons olhos a atividade sojícola, pois incentivava a bovinocultura leiteira. Nesse contexto, os agricultores-assentados que tinham adquirido máquinas também sofriam pressões por parte das direções do MST para que não realizassem práticas de arrendamento com os agricultores-assentados que não possuíam tratores e implementos agrícolas e que demandavam tais serviços.

Neste cenário a relação dos granjeiros com os agricultores-assentados ocorria principalmente na semeadura, na realização dos tratos culturais e colheita dos cereais, especialmente o da soja. Entre os agricultores-assentados que demandam a contratação de tais serviços estavam aqueles que ocupavam o seu lote, exclusiva ou majoritariamente, com a soja. Tal demanda ocorria tanto no verão, com a soja, ou inverno, quando a pastagem nativa se desenvolve e podem ou aproveitar para vender alguma quantidade de leite ou formar *parceira*, arrendando parcialmente ou totalmente a pastagem para outros agricultores-assentados ou para os granjeiros realizarem a fenagem.

As declarações obtidas dos assentados destacam e reconhecem um ambiente regional onde havia agentes legitimados produtivamente com o cultivo da soja e uma determinada influência objetivo-subjetiva exercida sobre os mesmos, pois essa era a atividade que “ia tirar o pessoal do fundo do poço”, ou seja, fazê-los melhorar materialmente. Dessa forma, as idéias de “melhorar de vida sem muito trabalho” com o cultivo da soja, ameaçavam os planejamentos iniciais de construir um assentamento voltado para a produção leiteira e integrado pela Cooperativa. Além do mais, essa perspectiva produtiva e as idéias associadas eram reforçadas pelos sucessivos aumentos do preço da saca de soja praticadas pelo comércio internacional até meados de 2004, quando diminuiu progressivamente (Bentevi, 2005).

#### **4. A introdução da soja transgênica e a Cooperativa do assentamento Ceres**

A partir de meados do ano de 2000, começou a ocorrer a introdução de sementes de soja transgênica no assentamento, o que repercutiu não somente nas estratégias produtivas dos

agricultores-assentados, mas também negativamente sobre a influência que a Cooperativa e a direção do MST tinham com relação ao estímulo à produção leiteira. Com a promessa de reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade, esses grãos tornam-se motivo de “discórdia” (Menasche, 2005) também dentro dos assentamentos rurais.

As contradições entre a decisão tirada pela direção estadual do MST e a realidade de outras regiões do estado, como no município de Tupaciretã e Sarandi, em que os agricultores-assentados plantaram a soja transgênica mais livremente, não apenas geravam conflitos entre os agricultores-assentados e as direções do assentamento Ceres. Também, a COOPERVIDA ficou prejudicada, pois plantar a soja convencional significava maior custo intermediário em relação à soja transgênica, além de enfraquecer as estratégias de estímulo da atividade leiteira entre os agricultores-assentados. De todo modo, nos anos subsequentes houve uma introdução progressiva no assentamento Ceres dessa variedade de soja, constituindo mais um elemento da afirmação dessa atividade produtiva como capaz de fazer os agricultores-assentados melhorarem materialmente.

Contudo, o preço pago à saca da soja diminuiu a partir do ano de 2004, o que fez com que a hegemonia dessa atividade produtiva fosse colocada em xeque por vários agricultores-assentados que passaram a identificá-la como a “causa de todos os problemas”, devido à baixa remuneração econômica que proporcionava. Essa conjuntura propiciou o fortalecimento e/ou o lançamento de outras estratégias de reprodução social, como, por um lado, a busca de emprego temporário em grandes cooperativas da região, ou, por outro lado, a venda de produtos diversos em centros urbanos próximos do assentamento.

## **5. Pequeno patrimônio produtivo, trajetórias sociais e sentidos do trabalho**

Nas condições do assentamento rural pesquisado, um lote de terra de aproximadamente 14 ha é o único patrimônio produtivo de uma família de agricultores-assentados. Essa é sua posição de produtora e competidora no mercado. Se produzir *commodities* (soja ou leite, por exemplo), concorrendo, portanto, em um mercado oligopolizado, deve-se admitir que a categoria de agricultores-assentados ocupa uma das posições mais frágeis entre os competidores devido à sua pequena escala de produção e pelo quase desprezível tamanho de seu patrimônio produtivo, se comparado com capitalistas produtores das mesmas *commodities*. Sendo “a ponta” mais fraca dessa estrutura social, são os que mais sofrem com pequenas modificações e acirramento das disputas entre os capitalistas pela fixação da renda da terra e lucros (Moreira, 1999). O que significa maior instabilidade das condições materiais e simbólicas de vida, no qual os sentimentos de privação podem impulsionar a busca de outras fontes de rendimentos.

Na ambiência regional onde o assentamento Ceres está inserido, nem a direção do MST ou a COOPERVIDA lograram constituir hegemonia em relação às orientações produtivas dos agricultores-assentados. Esta hegemonia está dada pela dinâmica produtiva regional e pelas influências de oscilações de preços das *commodities* e do controle da esfera financeira. As diferenciações de estratégias produtivas entre os agricultores-assentados tendem a estar fundamentalmente alicerçadas em suas distinções culturais, resultando em um aumento da autonomia relativa individual para a construção de variações àquela hegemonia regional.

Contudo, as carências de consumo podem aumentar ou diminuir, seja por novas necessidades sociais criadas, por maior ou menor número de consumidores na família, ou por necessidades culturais diferenciadas entre os grupos familiares por possuírem uma formação sócio-histórica e a incorporação de recursos socioculturais diferenciados. Dessa forma, as regras de consumo necessário sofrem variações e não parece, por conseguinte, que todos os agricultores-assentados tenham as mesmas exigências de consumo; por mais que haja níveis de consumo socialmente considerados como mínimos e que aparecem nas falas dos agricultores-assentados. O que é privação para uns pode não ser para outros. O que pode ser considerado o mínimo suportado para uns pode não ser para outros.

O que se está argumentando pode ser observado nas trajetórias dos agricultores-assentados, seja por meio dos cultivos agrícolas e criações utilizadas preferencialmente para o autoconsumo, quanto para a comercialização. Esses cultivos, além de não serem valorizados da mesma maneira, representam um fator de distinção social entre os agricultores-assentados e de possibilidades de acumulação.

A existência de um sistema cultural que valoriza moralmente determinadas atividades produtivas e uma relação do tipo ético-moral para com o trabalho, sendo fator de dedicação e esforço, proporciona um comportamento que pode permitir lançar mão de outras atividades comercializáveis – seja pela existência de atividades de autoconsumo consideradas em abundância, que permite investidas e experiências comerciais; seja pela disponibilidade de intensificação da quantidade de trabalho; seja pelo conhecimento/estabelecimento de contatos realizados quando compunha espaços de direção do assentamento e da cooperativa, que são acionados com objetivos de estabelecer circuitos comerciais locais e regionais.

Note-se que, como argumentado por Moreira (1999), a posição estrutural *restringida* que essas unidades domésticas possuem na estrutura de relações mercantis e na concorrência em mercados imperfeitos (oligopolizados) determinam o lucro e a renda da terra próximos de zero. Ou ainda, se a colheita for ruim ou se os preços dos produtos de seu trabalho caírem, a reposição das condições materiais de produção pode ser efetuada às expensas do consumo familiar: pode ocorrer



o fenômeno conhecido como descapitalização. Isso conforma um espaço social *mutante* de integração desses setores sociais, deslocando os proprietários com menor patrimônio produtivo para outros ramos de produção, para outras atividades produtivas, desde que tenham recursos socioculturais que permitam essa migração. Nesse sentido, a utilização mais intensa de instrumentos e objetos de trabalho, assim como do trabalho da unidade familiar, pode permitir, mas não garante, um maior controle sobre a reposição das condições sociais e materiais de produção.

## **6. Considerações finais**

Por maior que seja a riqueza dos movimentos, possibilidades, desdobramentos e criatividades das trajetórias individuais a ambiência econômica regional e o poder imanente de diferenciais de poderes a favor dos granjeiros, cooperativas, instituições governamentais e dos movimentos sociais, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais, definem um campo de reprodução e de poderes dos agricultores-assentados restrito e relativo. Desconsiderar que a dinâmica da soja condiciona as diversas trajetórias individuais seria desconsiderar o poder estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando as autonomias individuais. Esse reconhecimento, não desqualifica as lutas sociais e as iniciativas individuais e coletivas de agricultores-assentados e sim valoriza e reconhece os diferenciais de poderes associados à distribuição desigual da terra. Os diferenciais de cidadania, de educação e de justiça social vivenciados nas ambiências aqui analisadas são, em certo grau, a representação dos diferenciais de poderes da sociedade brasileira: diferenciais de poderes objetivados na distribuição da propriedade da terra.

## Bibliografia citada

- ANJOS, Eliene Gomes dos. 2005. *Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST*. Tese de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.
- BENTEVI, Benchmarking na agricultura – IGEagro. 2005. *Informativo Soja*. Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>. Acesso em: 10 set 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GARCIA Jr., Afrânio. 1983. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUBERT, José Eduardo; David BASSO. *Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstico de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro*. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; Sérgio LEITE. 2004. Marchas e Contra-Marchas na Política Agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (Org). *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos, pp. 359-390.
- MENASCHE, Renata. 2005. Os Grãos da Discórdia e o Trabalho da Mídia. In: *Opinião Pública*. Campinas, Vol. XI, nº 1, mar., p. 169-191.
- MOREIRA, Roberto José. 2007. *Terra, poder e território*. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: MAUAD.
- PICCIN, Marcos Botton. 2007. *Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra*. Tese de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SCARIOT, Adriano. 2002. *Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR*. Tese de Mestrado. Curso Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. 1994. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. (Org's.) *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: USP.